

Apresentação: Dossiê A democracia no pensamento político brasileiro

Presentation: Dossier Democracy in Brazilian political thought

Presentación: Dosier La democracia en el pensamiento político brasileño

**Diego Rafael
AMBROSINI**

drambrosini@unifesp.br

Universidade Federal de
São Paulo.

**Gabriela Nunes
FERREIRA**

gabriela.ferreira@unifesp.br

Universidade Federal de São
Paulo.

**Maria Fernanda
Lombardi FERNANDES**

mfl.fernandes@unifesp.br

Universidade Federal de São
Paulo

O dossiê *Democracia no pensamento político brasileiro* teve por objetivo acolher trabalhos que explorassem a presença e o uso do conceito de democracia no âmbito do pensamento político brasileiro, em distintas perspectivas teóricas e metodológicas. Os cinco artigos que compõem o dossiê estão organizados em ordem cronológica, segundo o período abordado em cada texto, de forma a deixar mais claro o enquadramento histórico dos debates sobre democracia no Brasil. O tema da democracia atravessa, sob diferentes enfoques, todos os trabalhos aqui presentes, que versam sobre diversos autores, suas ideias e debates em que se envolveram: Eduardo Prado, Francisco Campos e Sérgio Buarque de Holanda, Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso e Florestan Fernandes, Luiz Werneck Viana são os autores/atores analisados nos textos. O dossiê pode nos ajudar também a refletir, a partir dos caminhos percorridos, acerca dos trajetos a trilhar na discussão atual sobre a democracia diante dos enormes desafios contemporâneos.

Palavras-Chave: *Democracia; Pensamento Político Brasileiro; República Brasileira; Apresentação.*

The special issue "Democracy in Brazilian Political Thought" is aimed to gather works exploring the presence and use of the concept of democracy within Brazilian political thought, from distinct theoretical and methodological perspectives. The five articles that make up this dossier are organized chronologically according to the period each text addresses. This arrangement aims to clarify the historical framing of debates on democracy in Brazil. The theme of democracy, approached from different angles, runs through all the works presented here, which cover various authors, their ideas, and the debates they were involved in. Eduardo Prado, Francisco Campos and Sérgio Buarque de Holanda, Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso and Florestan Fernandes, and Luiz Werneck Vianna are the authors/actors analyzed in these texts. This thematic issue also helps us reflect, based on the historical developments, on the future directions for the current discussion about democracy, given the immense contemporary challenges.

Keywords: Democracy; Brazilian Political Thought; Brazilian Republic; Presentation.

El dossier "Democracia en el pensamiento político brasileño" tuvo como objetivo acoger trabajos que examinaran la presencia y el uso del concepto de democracia en el ámbito del pensamiento político brasileño, desde distintas perspectivas teóricas y metodológicas. Los cinco artículos que componen este número temático están organizados en orden cronológico, según el período abordado en cada texto, para dejar más claro el encuadre histórico de los debates sobre la democracia en Brasil. El tema de la democracia atraviesa, bajo diferentes enfoques, todos los trabajos aquí presentes, que versan sobre diversos autores, sus ideas y los debates en los que se involucraron: Eduardo Prado, Francisco Campos y Sérgio Buarque de Holanda, Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso y Florestan Fernandes, y Luiz Werneck Vianna son los autores/actores analizados en los textos. El dossier también ayuda a reflexionar, a partir de los caminos ya recorridos, sobre las sendas a seguir en la discusión actual sobre la democracia, ante los enormes desafíos contemporáneos.

Palabras Clave: Democracia; Pensamiento Político Brasileño; República Brasileña; Presentación.

A emergência de governos e governantes autoritários ao redor do planeta talvez seja o fenômeno político mais relevante destas primeiras décadas do século XXI. Regimes autocráticos e ditoriais nunca deixaram de existir, mas havia uma percepção entre estudiosos e elites políticas de que uma parcela da humanidade estaria a salvo de tais descaminhos políticos – as potências ocidentais e os países a ela alinhados, entre eles boa parte da América Latina, que parecia ter encontrado uma fórmula para acomodar sociedades desiguais sob

instituições minimamente democráticas e estáveis. No entanto, em sucessivas eleições – promovidas por regimes democráticos – assistiu-se à ascensão de líderes ligados à extrema-direita e abertamente hostis às instituições democráticas que os guindaram ao poder. Uma vez no governo, agiram abertamente buscando solapar aqueles regimes e instituir governos de viés autoritário: de Trump, no coração do mundo ocidental, a Erdogan e Bolsonaro, assistiu-se a uma verdadeira onda de políticos autocratas disputando e vencendo eleições.

A percepção e o entendimento de que as instituições e os regimes democráticos começavam a enfrentar uma crise de grandes proporções geraram uma série de estudos – de caráter empírico e/ou teórico – por parte de intelectuais e acadêmicos nos países centrais, mas também na América Latina e, em particular, no Brasil¹. O grande tema passou a ser a crise da democracia, em suas múltiplas dimensões: crise dos partidos, da representação, da comunicação, entre outras. Regimes democráticos considerados estáveis – e outros nem tanto – passaram a ser vistos por analistas e atores políticos como alvo de aventuras *populistas* – conceito resgatado e ressignificado.

Nesse contexto de crise, a própria ideia de democracia parece ter-se tornado objeto de disputa, já que várias dessas lideranças autocráticas não se reconhecem como antidemocráticas, mas sim como representantes legítimos da vontade popular e, portanto, como “verdadeiramente” democráticas. Tal controvérsia em torno do significado e da forma da democracia não é, entretanto, inédita. Em outros momentos da história ocidental, e também da experiência brasileira, a disputa em torno do significado do conceito de democracia se manifestou de forma especialmente acirrada. Na década de 1930, em particular, quando a crítica aguda ao ideário e às instituições liberais se tornou corrente entre intelectuais e elites políticas em grande parte dos países ocidentais, no Brasil também essa crítica veio intensificar o debate em torno do que mereceria ser chamado de “verdadeira democracia”. Foi assim que autores como Oliveira Vianna,

Francisco Campos e Azevedo Amaral usaram a ideia de “democracia autoritária” para defender o Estado Novo de Getúlio Vargas, operando uma dissociação, e mesmo uma oposição, entre “democracia” e “liberalismo”. Nesse sentido, reconstituir o fio dos debates e disputas em torno do conceito de democracia no pensamento político brasileiro pode nos dar mais ferramentas para pensar as disputas operadas no presente.

Nas últimas décadas, os estudos sobre o pensamento político brasileiro vêm se tornando cada vez mais presentes no campo das Ciências Sociais. O crescimento das investigações nessa área de pesquisa contribui para uma melhor compreensão da evolução histórica das ideias, valores e crenças que conformam a cultura política brasileira, incluindo diferentes visões sobre a organização política, econômica e social do país ao longo do tempo. Se a temática do autoritarismo no Brasil já foi bem explorada pela bibliografia especializada desde a década de 1970, não há, ainda, muitos trabalhos sobre a maneira pela qual diversas linhagens ou tradições intelectuais, em nossa história política e intelectual, debateram a democracia e seu significado. Essa é uma temática que vale aprofundar, já que uma das principais tarefas da pesquisa no campo da história das ideias políticas consiste justamente em desnaturalizar interpretações tidas como definitivas sobre determinados conceitos ou ideias políticas.

Foi pensando nessas questões que propusemos este dossiê, cujo objetivo foi acolher trabalhos que explorassem a presença e o uso do conceito de

¹ Alguns desses estudos estão indicados na bibliografia, um pequeno número dentro do universo de publicações sobre diferentes aspectos da crise da democracia e da ascensão de regimes autoritários e iliberais.

democracia no âmbito do pensamento político brasileiro, em distintas perspectivas teóricas e metodológicas. Podemos dizer que nossas expectativas foram atendidas; conseguimos selecionar uma variedade de artigos que buscam desenvolver reflexões sobre a forma pela qual a democracia foi tematizada em diferentes períodos históricos e por diferentes atores/autores políticos. Os cinco artigos que compõem o dossier estão organizados em ordem cronológica, segundo o período abordado em cada texto, de forma a deixar mais claro o enquadramento histórico dos debates sobre democracia no Brasil.

O texto que abre o dossier é “Os signos da República e da Tirania na crítica política de Eduardo Prado durante a transição do século XIX para o século XX”, de Rodrigo Perez. O trabalho acompanha a trajetória de Eduardo Prado para analisar sua crítica ao regime republicano então recém-instaurado no Brasil. O foco está em destacar como Prado mobiliza o conceito de “tirania” para fundamentar sua oposição aos militares então no poder e sua ação política em favor da restauração monárquica ao longo da última década do século XIX. Metodologicamente, o trabalho inspira-se nas reflexões sobre o republicanismo “neorromano” ou “cívico” desenvolvidas por autores como Quentin Skinner e Philip Pettit, para analisar a polissemia dos conceitos de “república” e “tirania” e a maneira como Prado os utiliza.

O civilismo de Prado, destaca Perez, se manifesta na definição da Monarquia brasileira como uma “república coroada”, na medida em que o regime monárquico cumpria os requisitos de uma “verdadeira república” pois, remetendo à tradição republicana clássica herdada dos ensinamentos de Aristóteles e Montesquieu, abria espaço para a “soberania popular” na feitura de leis que visasse ao “bem comum”. Nesse sentido, Prado aproximava-se das

formulações de seu antigo amigo e aliado político, Joaquim Nabuco, que também foi um crítico mordaz no governo republicano em seus inícios.

A contraparte da “república coroada”, como bem mostra Rodrigo Perez, é a “tirania republicana”. Aqui, Prado identifica no militarismo o traço despótico da república brasileira, caracterizando o regime como uma ditadura militar – o que aparece no título de um dos seus livros mais importantes, *Fastos da Ditadura Militar no Brasil*, de 1890. Mas, segundo Perez, a mobilização da ideia de tirania também cumpre outra função crítica, ao apontar o perigo das chamadas “utopias revolucionárias”, já que, em sua visão, a modernidade se apresentava como um “colapso das tradições” entre o fim do século XIX e o início do XX. Para sintetizar essa percepção e esse receio, Prado buscava apoio no pensamento conservador de autores como Burke, Renan e Tocqueville, de quem cita a conhecida passagem: “como o passado não ilumina mais o futuro, o espírito caminha em meio às trevas”. No Brasil, essa “tirania da utopia” se expressava no governo republicano, para o desgosto de Eduardo Prado.

A crítica à Primeira República – e às instituições liberais – também está presente no artigo de Bruno Regasson, que aborda a influência do jurista e filósofo político alemão Carl Schmitt sobre Francisco Campos e Sérgio Buarque de Holanda. Porém, a natureza da crítica difere bastante: Eduardo Prado temia as transformações vindas com a modernidade, enquanto eram precisamente essas mudanças que animavam os autores discutidos neste segundo texto.

Regasson trata de um tema importante dos estudos sobre o pensamento político brasileiro: a discussão sobre a linhagem autoritária da reflexão política produzida nas primeiras décadas do período republicano. A presença de Francisco Campos como

representante dessa linhagem é bem difundida, mas a comparação com Sérgio Buarque de Holanda, um autor comumente ligado a um ideário progressista, possibilita a exploração de matizes e variações no interior das classificações consagradas. Regasson apoia-se, na sua análise, em trabalhos que já examinaram o caráter ambíguo da obra de Sérgio Buarque, mas traz uma bem-vinda contribuição ao debate.

Buscando entender o contexto intelectual de ambos os autores brasileiros, Regasson argumenta que os anos 1920 e 1930 foram balizados pela emergência de discursos marcadamente antiliberais. Foi no interior dessa moldura que as críticas à república brasileira foram construídas, não apenas pelos autores analisados, mas por toda uma geração. Desenvolvendo uma análise comparativa das obras de Campos e Holanda e buscando apresentar evidências diretas (citações, resenhas, inventário de bibliotecas) e interpretativas (proximidade de argumentos, conceitos, léxico) da influência de Schmitt, Regasson chama a atenção para “o manejo seletivo e criativo” da obra do jurista alemão pelos dois autores. Embora muito diferentes, o trabalho aponta aproximações possíveis entre o projeto de Holanda e o de Campos na década de 1930, ambos criticando o liberalismo e buscando alternativas em torno de uma liderança carismática, mais adaptada aos novos tempos e a um modelo democrático apartado do ideário liberal.

O terceiro artigo deste dossier, de autoria de Helio Cannone e Pedro Marreca, é “A social-democracia de Celso Furtado: desenvolvimento, bem-estar social e democracia (1950-1964)”, que tem como contexto a experiência democrática brasileira entre 1946 e 1964. As obras de Furtado escritas nesse período são tomadas por Cannone e Marreca para caracterizar o economista paraibano como um pensador social-democrata, que buscou ativamente construir um projeto de desenvolvimento para o país alinhado a essa ideologia.

Embora em Furtado se encontre uma crítica ao liberalismo, ela não se aproxima da efetuada pelo pensamento autoritário do entreguerras. Tal crítica, como demonstram os autores, está voltada para a dimensão econômica do liberalismo, em especial à abordagem neoclássica que, segundo ele, seria incapaz de dar conta das necessidades de um país periférico e desigual. Em países como o Brasil, defende Furtado, a ação do Estado seria necessária para superar os obstáculos e promover o bem-estar social. Ao mesmo tempo, a dimensão do liberalismo político que sustentava a democracia representativa, além de preservada, deveria ser reforçada com a ampliação da participação, mais do que necessária na emergência de uma política de massas, como era o caso dos anos 1950 e 1960.

Desse modo, Cannone e Marreca destacam o protagonismo reservado por Furtado ao Estado brasileiro e a suas instituições, que deveriam ser “capazes de comportar os conflitos sociais e as reivindicações dos setores sociais emergentes”. O que surge da análise é um projeto reformista que, se de um lado era crítico dos liberais neoclássicos, de outro recusava propostas mais ou menos radicais oriundas da esquerda, como o trabalhismo ou o comunismo. Ao iluminar essa faceta de Celso Furtado, a de ator político portador de um projeto nacional, Helio Cannone e Pedro Marreca chamam a atenção para a importância de olharmos para um intelectual e homem público capaz de ainda dizer muito sobre os caminhos do desenvolvimento econômico, social e político do país.

O quarto artigo do dossier, de autoria de Leonardo Belinelli, chama-se “Revolução e dependência: o golpe de 1964 em Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso (1967-1975)”. Com o objetivo maior de apreender os nexos entre os conceitos de “dependência”

e “revolução (burguesa)” – até então vistos como incompatíveis pela esquerda brasileira – nas formulações desenvolvidas no âmbito da Escola Paulista de Sociologia, Belinelli examina as análises sobre a instauração do regime militar desenvolvidas por dois dos principais representantes daquela Escola: Fernando Henrique Cardoso, especialmente em *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (1967) e *O Modelo Político Brasileiro* (1972), e Florestan Fernandes, com ênfase em *A Revolução Burguesa no Brasil* (1975).

Uma diferença fundamental apontada por Belinelli entre as análises dos dois sociólogos é o caráter de continuidade presente na interpretação de Florestan, que viu o golpe de 1964 como um capítulo da revolução burguesa no Brasil iniciada ainda no fim do século XIX, em contraste com a ênfase na mudança dada por Cardoso, que enxergou no golpe de 1964 um sentido “progressivo” (embora não progressista, ao contrário) de atualização capitalista-dependente do Brasil. Relacionadas a esta e outras divergências estão, demonstra Belinelli, diferentes maneiras de conceber a história e o papel da política.

Finalmente, o artigo de autoria de Diogo Tourino de Sousa e Igor Suzano Machado, “Quando o público encontra a democracia: Werneck Vianna e a síntese de duas tradições”, é ao mesmo tempo uma homenagem a Luiz Werneck Vianna e uma análise de sua obra. Valendo-se de uma abordagem inspirada na noção de “linhagens do pensamento político brasileiro” proposta por Gildo Marçal Brandão, o artigo procura situar Werneck Vianna no cruzamento entre duas tradições. Duas das linhagens identificadas por Brandão – o conservadorismo estatista brasileiro bem representado por Oliveira Vianna e o liberalismo antiestatista à la Tavares

Bastos – remetem à distinção formulada por Werneck Vianna entre “iberismo” e “americanismo”. Como argumentam Tourino e Machado, Werneck Vianna procurou promover uma síntese entre a “dimensão republicana” de nossa tradição de pensamento conservador/autoritário, e a “dimensão democrática” de nossa tradição de pensamento liberal – recuperando, portanto, o lado positivo de cada uma das linhagens, ao eliminar o autoritarismo da primeira e o individualismo excessivo da segunda.

Um dos caminhos apontados por Werneck Vianna na promoção do encontro entre república e democracia, nos mostram Tourino e Machado, situa-se no papel do Direito e suas instituições na formação da cidadania e da esfera pública brasileira – papel assegurado pela Constituição de 1988. Tourino e Machado apresentam Werneck Vianna como um intelectual que, seguindo as recomendações de Ítalo Calvino, elegeu seus “clássicos” (Gramsci, Tocqueville, Tavares Bastos e Oliveira Vianna), para dar sentido aos “ruídos” de seu próprio contexto histórico. Da mesma forma, o artigo propõe que prestemos atenção às lições de Werneck Vianna para pensar o momento atual; por exemplo, o sentido da mobilização de procedimentos jurídicos em um contexto de judicialização da política e das relações sociais, assunto tão presente em nossa atualidade.

Os artigos reunidos neste dossier se debruçam sobre diversos intelectuais e correntes ideológicas de diferentes fases da história brasileira – da Primeira República à Nova República, passando pela Era Vargas, o regime democrático de 1946-64 e a Ditadura Militar de 1964-85. O tema da democracia atravessa, sob diferentes enfoques, todos os trabalhos aqui presentes. Esperamos que, além de contribuir para as pesquisas sobre os diversos autores e debates abordados – Eduardo Prado, Francisco Campos

e Sérgio Buarque de Holanda, Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso e Florestan Fernandes, Luiz Werneck Vianna – este dossiê ajude também a refletir, a partir dos caminhos percorridos,

sobre os trajetos a trilhar na discussão atual sobre a democracia, diante dos enormes desafios contemporâneos.

Boa leitura!



Referências

Levitsky, S.; Ziblatt, D. (2018). *Como as democracias morrem?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Lynch, C.; Cassimiro, P. H. (2022). *O populismo reacionário*. São Paulo: Ed. Contracorrente.

Miguel, L. F. (2022). *Democracia na periferia capitalista: impasses do Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica.

Przeworski, A. (2022). *La crisis de la democracia: ¿adónde pueden llevarnos el desgaste institucional y la polarización?* Buenos Aires: Siglo Veintiuno.

Rocha, C.; Solano, E. (orgs.) (2019). *As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular.

Rosanvallon, P. (2021). *O século do populismo: história, teoria, crítica*. São Paulo: Ateliê de Humanidades Editorial.

Runciman, D. (2018). *Como a democracia chega ao fim*. São Paulo: Todavia.

Recebido em 17/06/2025. Aprovado em 24/06/2025.



Licença CC BY-NC 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>).

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International - CC BY-NC 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio para fins não comerciais, desde que o trabalho original seja corretamente citado.